

FOREWORD/PREFÁCIO AO DOSSIER TEMÁTICO

EDUCATION IN PORTUGAL 40 YEARS ON FROM APRIL 25, 1974/ EDUCAÇÃO EM PORTUGAL 40 ANOS APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Luiza Cortesão*, Roger Dale** & António M. Magalhães***

O reconhecimento de quanto, durante a ditadura, estruturas e processos educativos eram amplamente utilizados como um instrumento de controlo social e de dominação política muito contribuiu para alterações que explodiram, neste campo, após o 25 de Abril. Os ventos de mudança que aconteceram com a Revolução de 1974 imprimiram, de facto, perspectivas emancipatórias à educação, procurando desafiar o que denunciavam as teorias da reprodução, e tentando, assim, promover a mobilidade social.

A Revolução representou não só um conjunto de propostas, movimentos e eventos muito interessantes em si mesmo, mas também constituiu um exemplo de um caso muito particular de mudança nas relações entre Estado, sociedade e, conseqüentemente, nas políticas educativas. Os mandatos políticos dirigidos e assumidos pelo sistema educativo e a procura social da educação formal, assim como a educação informal e não-formal, mudaram, de facto, radicalmente.

No entanto, nas últimas décadas, as «promessas» de igualdade no acesso e sucesso surgidas na Revolução têm vindo a ser reconfiguradas. Atualmente veiculam-se sobretudo preocupações com «equidade», «mérito», «eficácia», «competitividade». A diferentes ritmos e níveis, sob a influência do ambiente social e político global e nacional, os objetivos da educação deslocaram-se da justiça social para a relevância económica.

Do período revolucionário e do mandato socialista até à abordagem contemporânea da educação, muitas experiências e lições podem ser analisadas e retiradas. De entre muitos outros

* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (Porto/Portugal).

** University of Bristol (Bristol/Reino Unido).

*** CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (Matosinhos/Portugal) e Universidade do Porto (Porto/Portugal).

poderão referir-se, só a título de exemplo, estudos, como os de Stephen Stoer, Sérgio Grácio, Licínio Lima, Rogério Fernandes, que só puderam acontecer em consequência do 25 de Abril. Neles se identificaram diferentes períodos nas políticas e diferentes tipos de procura da educação.

Apesar de ter sido produzido um grande corpo de pesquisas e estudos sobre as transformações trazidas pela Revolução para a sociedade portuguesa e, em particular, para a educação, 40 anos passados, afigurou-se importante continuar a rever decisões que conduziram a educação, os seus fluxos e refluxos, até aos seus processos e estruturas atuais.

Assim, o objetivo deste número da revista *Educação, Sociedade & Culturas* (ESC) é o de contribuir para análise de algumas dessas mudanças, focando dimensões políticas que conduziram a transformações na educação, em geral, e na educação formal, em particular. É dada ênfase à natureza política da tomada de decisões em educação, aos atores (professores/as, sindicatos) e às instituições de diferentes níveis (nacional, local e institucional/escolar). São referidas perspetivas e experiências educativas localizadas a diferentes níveis (por exemplo, escolas, sala de aula), impactos que os movimentos sociais tiveram (e têm) na educação, bem como pontos de vista de académicos/as e investigadores/as não-portugueses/as sobre o desenvolvimento educacional em Portugal nos últimos 40 anos.

Os artigos aqui reunidos dão conta, nas suas diversas abordagens, e de uma forma crítica, de transformações ocorridas nos últimos 40 anos na educação. O primeiro deles, de Rui Pereira, «Educação em Portugal (1974-2014): Tempos, ideias e combates», identifica as ideologias, políticas e práticas relativas à educação e ao ensino neste país, entre 1974 e a atualidade, e posiciona-se no combate por uma educação mais democrática. O segundo artigo, de Jorge Martins, «O Portugal democrático e a relação dos municípios com a educação: Balanço e perspetivas», reflete sobre o papel do poder local, na sua relação com o Estado, no desenvolvimento da educação. O texto identifica os principais marcos e linhas de força que marcaram as fases do seu desenvolvimento, assim como as suas tendências futuras e ameaças à educação pública em Portugal. O artigo «A governação das escolas portuguesas entre 1974 e 1976 e o papel dos sindicatos na emergência do novo sistema de gestão escolar», de Clara Boavista, por seu turno, centra-se no estudo do papel dos sindicatos de professores na sua relação com as políticas educativas, designadamente com as políticas de governação e de gestão das escolas. O artigo «Políticas de avaliação de professores em Portugal: A avaliação do desempenho inserida no planeamento centralista da ação docente», de Henrique Ramalho, centra-se, também, nos/as professores/as, mas, desta feita, nos instrumentos e processos de avaliação do seu desempenho, argumentando que se está a desenvolver uma instrumentalização da avaliação com vista à recentralização política do sistema educativo. Ana Vale e Ana Mouraz, em «Da monodocência aos ensaios de coadjuvação no 1º ciclo do ensino básico: Reconfigura-

ções de um ciclo da educação básica», analisam as mudanças introduzidas no 1º CEB, ao nível organizacional, curricular e pedagógico, e as reconfigurações desse ciclo, sobretudo ao nível da alteração do regime «tradicional» de monodocência. Finalmente, o artigo de Fátima Sá Correia e Orquídea Coelho, «Novos desafios para a educação de surdos: Da deficiência à pertença cultural», debruça-se sobre o desenvolvimento da educação de surdos/as, rastreando o seu desenvolvimento a partir da Revolução de Abril e da Lei Constitucional de 1997, que reconheceu a língua gestual portuguesa (LGP) como expressão cultural e instrumento de acesso à educação. O artigo centra-se no caso do ensino e aprendizagem da filosofia no ensino secundário e nos problemas específicos de «tradução» no contexto da surdez, respondendo aos desafios da interculturalidade e da equidade social que a presença de alunas/os surdos/as colocam.

É também de sublinhar, na secção Arquivo deste número da ESC, o artigo de Licínio Lima, «E depois de 25 de abril de 1974: Centro(s) e periferia(s) das decisões no governo das escolas», onde o autor revisita trabalhos que produziu ao longo dos últimos anos sobre a administração do sistema educativo e a organização das escolas, após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Finalmente, é importante referir que, para a secção Recensões, foi escolhida a análise de Ana Maria Pessoa do livro *Fausto Escolar*, de Luís Souta. Sendo este livro, como diz o autor, sobre «escola de antanho porque a do presente me preocupa e a do futuro me inquieta», ele vai bem ao encontro dos problemas sobre os quais se debruça este número da Revista.